

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****142ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 90/2025/CMRI/CC/PR

**NUP: 60110.000964-2024-18****Órgão: CEX - Comando do Exército****Requerente: 022281****Resumo do Pedido**

O (a) cidadão (ã) requer informações sobre “o nome e respectivas punições dos 46 coronéis punidos pelo Exército por terem redigido e assinado em 2022 manifesto intitulado ‘Carta dos oficiais superiores da ativa ao Comandante do Exército Brasileiro’”.

**Resposta do órgão requerido**

O órgão requerido informou que a Carta referida foi “publicada na internet, por meio de petição eletrônica, sendo subscrita por alguns militares. Foram instaurados processos de apuração de transgressão disciplinar (PATD) em relação aos 46 (quarenta e seis) oficiais supostamente identificados como signatários, conforme previsto no Regulamento Disciplinar do Exército. Em complemento, o Comando do Exército determinou a instauração de uma Sindicância para verificar as condições de elaboração e distribuição da referida Carta e dos processos de apuração conduzidos na oportunidade. Estima-se que o Sindicante apresente o relatório das apurações em 30 (trinta) dias, ocasião em que haverá um maior detalhamento do ocorrido, bem como de consequências futuras na esfera da administração militar, a fim de repassar tais informações com maior grau de precisão e transparência, oportunamente”.

**Recurso em 1ª instância**

O requerente recorreu reiterando o pedido inicial e argumentando que o “órgão não respondeu nada do que questionado”.

**Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância**

O órgão requerido indeferiu o recurso, sob o argumento de que foram prestados os esclarecimentos sobre o requerimento.

**Recurso em 2ª instância**

Cidadão recorreu à 2ª instância reiterando o pedido e argumentos iniciais e invocando o Enunciado nº 3 da CGU.

**Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância**

O CEX ratificou o posicionamento das instâncias anteriores.

**Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)**

Em recurso à CGU, o requerente reiterou o pedido inicial e as argumentações sustentadas anteriormente.

## **Análise da CGU**

A CGU informou ter solicitado esclarecimentos adicionais ao órgão recorrido para apurar se a sindicância em tela fora concluída e, em caso positivo, se seria possível a disponibilização da informação. O CEX assim se manifestou: *‘[...] Em resposta ao pedido de esclarecimentos adicionais relacionado ao NUP 60143.000964\_2024-18, informa-se que está em fase de conclusão a sindicância para verificar as condições de elaboração, de distribuição da Carta e dos processos de apuração conduzidos na oportunidade. O prazo para conclusão da sindicância foi prorrogado, a fim de atender a questionamentos realizados por via judicial. Nesse contexto, maiores informações sobre o tema em comento somente poderão ser fornecidas após o término da referida sindicância’*. Em vista da resposta apresentada pelo Comando do Exército, a CGU considerou que o Enunciado nº 03/2023 se aplica apenas aos procedimentos disciplinares concluídos, o que não seria a situação do presente procedimento, conforme a declaração do CEX. Ponderou, ainda, *“que não existem motivos para duvidar, a priori, das declarações do Órgão recorrido, revestidas que são de presunção relativa de veracidade, em decorrência dos princípios da boa-fé e da fé pública”*.

## **Decisão da CGU**

A CGU indeferiu o recurso com base no art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527/2011, uma vez que procedimentos de apuração de responsabilidade, enquanto não concluídos, têm natureza preparatória, e sua divulgação, antes da edição do ato decisório respectivo, acarreta prejuízo potencial relevante às apurações. Assim, o acesso à informação somente poderá ser concedido após a edição do ato decisório.

## **Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)**

O cidadão recorreu reiterando o pedido e argumentos já apresentados, e acrescentando que *“os processos correccionais em questão, demandados pelo cidadão, JÁ ESTÃO ENCERRADOS, de modo que não pode prevalecer a justificativa de processo em andamento”*.

## **Admissibilidade do recurso à CMRI**

Recurso conhecido. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade, cabimento e regularidade formal.

## **Análise da CMRI**

Em análise aos autos, verifica-se que o objeto do pedido versa sobre os subscritores da “Carta dos Oficiais Superiores da Ativa ao Comandante do Exército Brasileiro”. Inicialmente cumpre registrar que foi objeto de apreciação desta CMRI o pedido de NUP 60143.001832-2024-26, através da Decisão CMRI nº 37/2025, também direcionado ao Comando do Exército (CEX), onde o Requerente além de solicitar cópia da referida Carta, requereu o nome nos subscritores do documento. Para subsidiar a decisão da CMRI no âmbito deste precedente, foi feita interlocução com o CEX que informou:

*“Em resposta aos esclarecimentos adicionais referentes ao NUP 60143.001832\_2024-26, envia-se anexa cópia da “Carta dos Oficiais Superiores da Ativa ao Comandante do Exército Brasileiro”.*

*Da apuração administrativa quanto ao assunto, 26 militares da ativa foram punidos disciplinarmente. Sobre os nomes dos subscritores da referida “Carta”, trata-se de informação constante em processos de apuração de transgressão disciplinar (PATD), com restrição de acesso, tendo em vista a discussão sobre o direito de acesso aos processos disciplinares de militares, no âmbito da Câmara de Mediação de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF) da Advocacia-Geral da União (AGU).*

*Do total de 26 punidos, os seguintes oficiais foram arrolados em Inquérito Policial Militar como envolvidos na autoria da referida “Carta”: Cel ALEXANDRE CASTILHO BITENCOURT DA SILVA, Cel ANDERSON LIMA DE MOURA, Cel R/1 CARLOS GIOVANI DELEVATI PASINI e Cel R/1 JOSÉ OTÁVIO MACHADO REZO CARDOSO. Ressalta-se que a Justiça Militar da União declinou da competência para julgar os fatos, remetendo-os ao Supremo Tribunal Federal.”*

De forma mais específica o CEX informou o caso concreto para a decisão de suspensão do acesso pelo CEX nos pedidos de processos disciplinares envolvendo agentes militares, conforme segue:

*“informa-se que os processos disciplinares envolvendo agentes militares estão com acesso suspenso em decorrência do fato de ter sido instaurada a discussão sobre o direito de acesso, no âmbito da Câmara de Mediação de Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia-Geral da União, a partir de provocação do Comando da Aeronáutica, acerca da aplicabilidade do Enunciado CGU nº 03/2023, em um caso concreto de NUP 60141.000992/2023-97.”*

Considerando o exposto, tendo em vista a similaridade dos pedidos no que se refere acesso ao nome dos envolvidos, decide-se pela manutenção da decisão exarada no âmbito do precedente 60143.001832-2024-26, já que pende de deliberação por parte da Câmara de Mediação de Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia-Geral da União, para tomada de decisão, assim, a informação poderá ter acesso restringido, nos termos previstos no art. 3º, XII do Decreto nº 7.724, de 2012, e art. 7º, § 3º da Lei nº 12.527, de 2011. Tão logo o referido ato seja praticado, o acesso poderá ser disponibilizado, caso não haja outras hipóteses de sigilo. No que se refere a parcela do recurso que versa sobre as punições dos coronéis, foi realizado interlocução com o CEX para verificar a possibilidade de concessão de acesso. Em resposta o órgão, informou à CMRI a quantidade de coronéis punidos, bem como as punições administrativas aplicadas, sem nenhum tipo de identificação. Considerando que o Requerente do pedido em voga não é identificado, o que inviabiliza o envio dessas informações durante a instrução deste recurso, de forma a caracterizar a perda parcial do objeto, decide-se pelo deferimento dessa parcela do recurso, com fundamento no art. 3º incisos I, II da Lei nº 12.527/2011, devendo o CEX disponibilizar na aba “Cumprimento de decisão” da Plataforma Fala.BR, as informações no prazo de 07 (sete) dias.

#### **Decisão da CMRI**

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, conhece o recurso, e no mérito decide pelo deferimento da parcela que se refere ao acesso das punições aplicadas aos coronéis punidos, com fundamento no art. 3º incisos I, II da Lei nº 12.527/2011, para que o Comando do Exército apresente a quantidade de coronéis, bem como as punições, no prazo de 07 (sete) dias, na aba “Cumprimento de decisão” da Plataforma Fala.BR. Ressalta-se que, findo o prazo estabelecido para o cumprimento da presente decisão sem que reste efetivado o fornecimento da informação pleiteada, poderá o Requerente denunciar o seu descumprimento no campo apropriado da Plataforma Fala.BR, para avaliação desta Comissão. No que se refere a parcela do recurso que versa sobre acesso ao “nome dos coronéis punidos”, decide-se pelo indeferimento pois se trata de informações que estão no âmbito de processo que pende de tomada de decisão ou de ato administrativo, cujo acesso poderá ser restringido enquanto a autoridade não editar seu ato decisório, nos termos previstos no art. 3º, XII do Decreto nº 7.724, de 2012, e art. 7º, § 3º da Lei nº 12.527, de 2011. Tão logo o referido ato seja praticado, o acesso poderá ser disponibilizado, caso não haja outras hipóteses de sigilo.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 11/04/2025, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 15/04/2025, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO, Usuário Externo**, em 15/04/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 15/04/2025, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima, Chefe de Gabinete**, em 15/04/2025, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 17/04/2025, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE MORAIS, Usuário Externo**, em 23/04/2025, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA, Usuário Externo**, em 24/04/2025, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6487475** e o código CRC **2789F5C1** no site:

[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)